

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho.*

A reimpressão em 2008 da segunda edição do livro de Sidney Chalhoub sobre o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro no início do século XX, dá ensejo a mais uma oportunidade de refletir sobre essa importante obra da historiografia brasileira.

Como se sabe, todo o trabalho historiográfico estabelece uma relação entre passado e presente. Assim, o livro de Chalhoub, publicado originalmente em 1986, informa muito a respeito do contexto social e político da sociedade brasileira da década de 1980. Período marcado pela redemocratização do país o que cria um contexto favorável para o estabelecimento de novos movimentos sociais ou a retomada de antigas reivindicações como aquelas relacionadas ao movimento trabalhista. A produção historiográfica vai, em grande medida, expressar aquele momento de efervescência política e social, estabelecendo, na sua melhor e mais relevante produção, uma renovada história social. E o trabalho de Chalhoub se constitui como um dos grandes referenciais da historiografia brasileira produzidas naquele período.

O livro tem como tema principal o estudo das práticas sociais e culturais da classe trabalhadora carioca e os mecanismos de controle social sofridos pelos trabalhadores no contexto de uma sociedade capitalista, entre fins do século XIX e primeiros decênios do século seguinte. Para essa pesquisa Chalhoub utiliza como documentação principal os processos criminais de homicídios ou tentativa de homicídio. Além da produção da imprensa carioca

daquele período. O autor enfatiza os processos da primeira década do século XX, essa escolha foi feita por ser essa década um período importante no processo histórico de implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro. O mais importante a ser destacado é a leitura instigante e original que o historiador faz dessa documentação, pois se o material coligido permite apreender a preocupação dos agentes policiais e jurídicos em estudar, controlar e até mesmo criminalizar uma série de práticas da classe trabalhadora em sua vida cotidiana; por outro lado, uma leitura a contrapelo desse material, revela também a perspectiva da própria classe trabalhadora não apenas como objeto de medidas cerceadoras mas como sujeitos históricos concretos que lutam, resistem e mostram a sua não-conformidade em relação a esses mecanismos de controle que a burguesia carioca procurava lhes impor.

Destaque especial deve ser conferido ao capítulo central do livro intitulado “Sobrevivendo...”, no qual o autor procura abordar os conflitos envolvendo membros da classe trabalhadora do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Nesse momento o Rio de Janeiro passava por profundas transformações urbanas que tinham como objetivo mais profundo consolidar a transição para a ordem capitalista na cidade.

Nesse sentido, um dos objetivos dos dirigentes políticos e da burguesia carioca era fazer com que a população interiorizasse uma nova ética do trabalho. Era preciso tornar o ex-escravo um trabalhador e reprimir

* Professor FIMI. Doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rogeriolpcarvalho@gmail.com

a ociosidade. Nesse mundo dominado pela ordem burguesa o trabalhador deve amar o trabalho e respeitar a propriedade; os ociosos devem ser reprimidos pois não respeitam o trabalho capitalista. Chalhoub procura mostrar que, ao contrário do discurso propagado desde então pela ideologia burguesa, a ociosidade e o crime são elementos constituintes da ordem e da reprodução social, uma vez que “justifica os mecanismos de controle e sujeição dos grupos sociais mais pobres.” (p.80)

A obra do historiador Edward Thompson é utilizada por Chalhoub como um dos pressupostos teóricos para seu estudo da classe trabalhadora carioca. Dessa forma, o autor segue as asserções de Thompson quando este defende que o conceito de classe social deve ser devidamente contextualizado em cada período da história; classe é uma relação e não uma coisa, devendo ser entendida como uma formação social e cultural construída pelos sujeitos da classe trabalhadora em contextos históricos específicos.

A partir dessa perspectiva e através da análise da documentação referente aos processos crime, Chalhoub aponta as rivalidades de caráter nacional e racial ou étnico como as principais causas de conflitos entre membros da classe trabalhadora. Aqui desponta uma das principais qualidades da abordagem do autor que é articular as micro histórias dos personagens populares com os aspectos mais abrangentes da sociedade carioca e brasileira daquele período. Assim, Chalhoub revela um aspecto que até então não tinha sido apontado pela historiografia, as tensões, rixas e conflitos que ocorriam no âmbito da classe trabalhadora envolvendo a reprodução da vida material, ocorriam geralmente entre imigrantes e brasileiros pobres, especialmente os de cor. O autor, através da documentação coligida, escarafunha o cotidiano dos trabalhadores na tentativa de apreendê-los em sua concretude histórica, seus sonhos, lutas e contradições. Mas insere esses personagens e seus conflitos num momento específico da história do Rio de Janeiro, caracterizada pela intensificação das relações capitalistas na cidade. Esse momento também é marcado por uma presença maciça de imigrantes na cidade, que vem se unir ao grande contingente de escravos e trabalhadores vindos das fazendas e do interior do país. Como escreve o autor: “cria-se assim uma situação altamente competitiva para os membros

da classe trabalhadora, pois o mercado de trabalho assalariado em formação na cidade não tem condições de absorver esta mão de obra abundante. Na verdade, os donos do capital se beneficiavam amplamente da existência deste exército de reserva na capital da República, já que isso barateava bastante o custo da força de trabalho. Quanto aos populares, tinham de conviver com as agruras de um futuro incerto, baixos salários, longas jornadas de trabalho e árdua competição para conseguirem uma ocupação como assalariados da indústria ou do comércio.” (p. 112)

Nesse contexto difícil para o trabalhador, a pior situação vai ficar para o negro brasileiro, com a República efetivamente significando para essa população a recriação ou continuação de sua subordinação social na sociedade brasileira. Segundo Chalhoub, contribuía para esse estado de coisas a predisposição da classe dominante em privilegiar o imigrante, numa postura claramente preconceituosa, além disso, no caso do Rio de Janeiro, grande parte dos empregadores além de brancos eram estrangeiros, particularmente portugueses, que, em função disso, tendiam a privilegiar seus patrícios na hora de contratar seus empregados.

Essa rica e instigante articulação entre o particular e o geral, entre os meandros da vida cotidiana dos trabalhadores e os aspectos sócio-econômicos de uma sociedade que passa a se inserir de maneira mais intensa nos fluxos da relação social capitalista é desenvolvida em outros momentos do capítulo *Sobrevivendo*, quando trata da relação patrão e empregado, bem como da relação entre senhorio e inquilino, na qual procura indicar as conseqüências mais profundas da administração modernizadora do prefeito Pereira Passos: a valorização do espaço urbano, a especulação imobiliária, a expulsão das classes populares do centro da cidade, sua dificuldade em encontrar uma habitação, enfim, todo esse processo indicativo das formas de organização do espaço urbano numa sociedade capitalista com os correspondentes mecanismos de controle social e econômico. Esta articulação se manifesta nos demais capítulos do livro, quando aborda os relacionamentos amorosos e familiares da classe trabalhadora ou as formas de lazer popular, especificamente em torno dos botequins.

O autor, especificamente no capítulo *Sobrevivendo*, faz alusão a dois níveis de análise, os

quais, na verdade, podem ser projetados para a concepção da obra como um todo, a saber, a complexidade dos mecanismos de controle social numa sociedade capitalista e os limites do exercício desse controle, aspecto este que só pode ser reconstituído a partir da recuperação das condições de vida e da visão de mundo da classe trabalhadora. Essa perspectiva encaminha o autor para a grande hipótese do livro que é pensar a classe trabalhadora não apenas como objeto da exploração capitalista mas como sujeitos históricos, mesmo que eivados por uma série de ambivalências como as que se manifestam nas relações étnicas e nacionais, ou nas relações entre homens e mulheres, divisões e tensões que, em grande medida, dificultam a tomada de consciência desses populares, no sentido

de focar sua luta contra seus verdadeiros adversários sociais. Como coloca Chalhoub, essas situações “...funcionavam como um elemento da facilitação do controle social, transformando a classe trabalhadora, *neste sentido específico* [grifos do autor], em agente ou sujeito de sua própria dominação.” (p. 150)

Trabalho, Lar e Botequim, lançado na década de 1980, tornou-se, com justiça, um clássico da historiografia social brasileira. Não são poucos os seus méritos, talvez um dos maiores seja essa preocupação heurística em relacionar dialéticamente o geral e o particular, a teoria e a práxis [aqui também no sentido de pesquisa empírica], a história social e cultural, a liberdade e a necessidade.

SERBIN, P. Kenneth. *Padres, Celibato e Conflito Social. Uma história da Igreja Católica no Brasil*; São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Pe. Robson Monteiro*

Kenneth P. Serbin, professor de História na Universidade de San Diego (EUA), pesquisa dois temas principais: - a trajetória da esquerda revolucionária e o aborto clandestino. Publicou diversos livros, entre eles: *“Diálogos na sombra”* (Companhia das Letras, 2001), sobre as relações entre a Igreja Católica e o regime militar brasileiro.

O presente livro é uma pesquisa sobre a história social e cultural do clero no Brasil. Procura, a partir do sistema de formação dos padres, analisar, desde o período colonial até o presente, como a Igreja Católica marcou relevante presença na história do país.

O primeiro capítulo: “O significado do sacerdócio”, demonstra que há uma necessidade antropológica em responder a uma ânsia de encontro com o divino. O sacerdócio católico remonta à tradição ético-judaico-cristã, no sentido de personificar o divino mesmo habitando um corpo imperfeito. Assim, ganha importância os seminários (escolas), onde os jovens (do sexo masculino), são isolados para preparar-se para o ministério ordenado da Igreja Católica Romana. Para Serbin, o interessante, é o modo particular que o sacerdócio se desenvolveu no continente latino-americano, principalmente, depois do Concílio Vaticano II (1962-1965), um ativismo clerical e uma nova teologia: a Teologia da Libertação, revelaram uma Igreja voltada para as questões políticas e a transformação social, ressaltando a necessidade de um estudo sobre a formação dos padres no contexto brasileiro, onde a experiência de alguns destes salientaram a ligação entre sociedade e religião e, a evolução política da Igreja brasileira.

O segundo capítulo analisa os papéis sociais, o poder econômico e as origens étnicas do clero no período colonial (1500-1822), bem como a atividade missionária da Igreja, o seu apoio ao escravagismo e a

expressão da cultura indígena e africana. Ainda é possível perceber em pleno século XXI, traços no catolicismo do país, de elementos surgidos no clero no período colonial, tais como o nacionalismo e o envolvimento dos padres em política que tiveram precedentes no Primeiro Reinado (1822-40).

A segunda metade do século XIX testemunha a modernização. Estudiosos da história europeia apontaram a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica, como determinantes no desenvolvimento da modernidade. Com a implantação dos seminários diocesanos, a Contra-Reforma se impõe soberana. Nestes espaços, os bispos projetavam transformar os clérigos, influenciados pelas idéias modernistas, politizados e sexualmente ativos, em um quadro de agentes essencialmente apolíticos e irrepreensíveis ao nível moral. Os seminários são criados com esse objetivo: isolar os seminaristas dos perigos exteriores e impor o controle de comportamento físico, emocional e espiritual. O programa de modernização conservadora na Igreja brasileira, tema do terceiro capítulo, recorreu ao padrão internacional de formação clerical em seminários, determinado pelo Vaticano e implementado pela importação de padres estrangeiros. A Igreja apoiará formas europeias de devoção religiosa, orientada pelo clero e, assim, o catolicismo brasileiro sofre a ‘romanização’, ou ‘europeização’. Apesar da separação oficial entre Igreja e Estado, conforme decreto de 1890, a Igreja alcança status de religião oficial do Brasil durante a Era Vargas e o populismo pós-Segunda Guerra Mundial (1930-64).

O quarto capítulo esboça a temática da disciplina, isto é, a Igreja passa a concentrar preocupação nos aspectos institucionais, o que acarretou conflitos em torno de questões como o celibato e o nacionalismo clerical. A disciplina torna-se expressão de conservadorismo e de tradição católica.

* Reitor do Seminário São João Maria Vianney e graduando da Fac. Ciências Sociais PUC-Campinas.

Os seminários constituíram um elo entre a religião, a modernização e o Estado, cumprindo papel essencial na interação entre tradição e modernidade na sociedade brasileira do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil e na América Latina, dá-se uma nova modernização. No caso brasileiro, desde 1950, a sociedade se industrializava rapidamente, provocando novas formas de individualidade e posturas sociais. Os seminaristas passam a defender uma formação que incluísse maior autoconhecimento, realização individual e bem estar psicológico. Nasce a idéia de profissionalização, no sentido de transformar o sacerdócio em uma vocação mais gratificante. Foi o passo de viver entre os mais pobres, realizado por muitos seminaristas, rompendo o impasse entre instituição e indivíduo. A opção pelos pobres não foi apenas política e religiosa, mas pessoal e ocupacional. Na década de 1960, floresce o recurso à psicoterapia dentro de seminários, é o que Serbin denominou “Psicologia da Libertação”.

A década de 1960 testemunhará o forte impulso da Igreja voltada para o mundo dos leigos e da justiça social. Critica-se a ditadura militar. A Igreja brasileira torna-se a ala mais radical do catolicismo no mundo, tendo por características principais, a defesa dos direitos humanos e da democracia, a Teologia da Libertação e a crítica ao capitalismo desenvolvimentista.

Os outros capítulos demonstram o quadro de complexidade do clero brasileiro, devido a um retorno à grande disciplina, após experiências significativas e frustrações coletivas, revela-se um quadro conservador e de ausência de perspectivas. Para Serbin, os padres proporcionaram verdadeiros “insights” sobre a condição humana por causa da especificidade da vocação de intermediários entre Deus e a humanidade. Mas, neste país, a história conflituosa do clero é constituinte da empresa colonial e neocolonial no qual a Igreja e o Estado procuraram impor a religião e a reforma social a um povo bastante devoto, mas nada ortodoxo: **“O padre brasileiro é um homem com um**

***pé na Europa e outro na América. Quer pregar as crenças do pontífice, mas também se aferra a uma forte tradição de nacionalismo clerical. O seminário insere-o em um mundo predominantemente europeu, mas o impulso de ser brasileiro persiste.*”** (p.291).

No contexto pós-moderno se apresentam novos desafios como o excessivo materialismo, consumismo, o capitalismo de corte neoliberal, o colapso da família e da moral sexual, o individualismo crescente, tornam a religião irrelevante. É importante o fato de que o número de seminaristas vem decaindo desde a década de 1960. Por outro lado, o clero tornou-se mais brasileiro, diminuindo a dependência de missionários estrangeiros, o que explicaria o conservadorismo dos estudantes, que afinal sempre inspiraram-se no modelo tradicional de sacerdócio, demonstrando o fraco impacto que o catolicismo progressista teve sobre as vocações.

Serbin aponta que o debate sobre o modelo de sacerdócio e de evangelização prosseguirá na Igreja. Contudo, no caso brasileiro, ainda carece uma perspectiva mais ampla sobre a complexidade em que ela se encontra:

1º Qual é o lugar das mulheres na Igreja?

2º Que resposta oferecer à escassez de vocações entre os negros?

3º Como trabalhar seriamente a questão da afetividade e da sexualidade nos seminários?

4º Como efetivar o diálogo entre os movimentos, essencialmente midiáticos e conservadores, e a ala mais progressista da Igreja?

5º Como evangelizar sem esquecer as mudanças radicais na sociedade brasileira, a urbanização, as inovações tecnológicas, as mudanças climáticas, a globalização da economia?

O presente livro desencadeia a reflexão e exige atitudes que, no fundo, traduzem não apenas a expressão religiosa, mas um quadro social mais amplo de formação da sociedade e história do país.

